

*L*  
*1913*  
*Ar*



TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha  
Terceira, EM

## Relatório de Gestão e Contas

---

2024

## ABREVIATURAS/SIGLAS

CPR – Centro de Processamento de Resíduos  
CPSA – Centro de Processamento de Subprodutos Animais  
CTVRIT – Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira  
CVE – Central de Valorização Energética  
CVO – Central de Valorização Orgânica  
DCVE – Departamento da Central de Valorização Energética  
DVMAL – Departamento de Valorização Multimaterial, Aterros e Logística  
HORECA – Hotelaria, Restaurantes e Cafés  
LER – Lista Europeia de Resíduos  
MAH – Município de Angra do Heroísmo  
MPV – Município da Praia da Vitória  
PCI – Poder Calorífico dos Resíduos  
RAA – Região Autónoma dos Açores  
RCD – Resíduos de Construção e Demolição  
RU – Resíduos Urbanos  
SGRU – Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos  
SIGRES - Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens  
SPA – Subprodutos de Origem Animal





### Mensagem do Conselho de Administração,

O presente Relatório de Gestão e Contas tem como objetivo fornecer uma visão clara e detalhada sobre as atividades desenvolvidas pela TERAMB, EM ao longo do exercício de 2024, com ênfase nos resultados financeiros, operacionais e áreas de atuação da empresa. Este documento visa não apenas apresentar a evolução da empresa no período e a sua comparação com os anos anteriores, mas também reforçar o compromisso da organização com a transparência e a responsabilidade perante seus acionistas, colaboradores, parceiros e demais partes interessadas.

Neste relatório, abordaremos os principais resultados alcançados, as iniciativas implementadas e os desafios enfrentados, sempre com o compromisso de promover a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Acreditamos que uma gestão eficiente, responsável e transparente é fundamental para atender às necessidades da nossa comunidade e garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como fundamental para fortalecer a confiança da comunidade e dos nossos parceiros.

O relatório está estruturado de forma a apresentar, de maneira clara e objetiva, as informações financeiras detalhadas, os resultados obtidos em comparação com os anos anteriores e o orçamento previsto para 2024, e a análise crítica dos fatores que influenciaram o desempenho da empresa durante o período.

Resta-nos um agradecimento especial a todos os nossos parceiros, nomeadamente aos acionistas, operadores de gestão de resíduos e autoridades, a fornecedores e prestadores de serviços, com quem temos procurado desenvolver parcerias, e, principalmente, aos nossos colaboradores que conosco partilham o dia-a-dia, os desafios, os problemas, as incertezas e os sucessos e sem os quais não teria sido possível alcançar os bons resultados registados.

A todos o nosso obrigado!

Assim, no cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submete-se à apreciação da Assembleia Geral o presente **Relatório de Gestão e Contas do ano de 2024**.

Angra do Heroísmo, 27 de março de 2025,

Paulo Alexandre Silva Lima

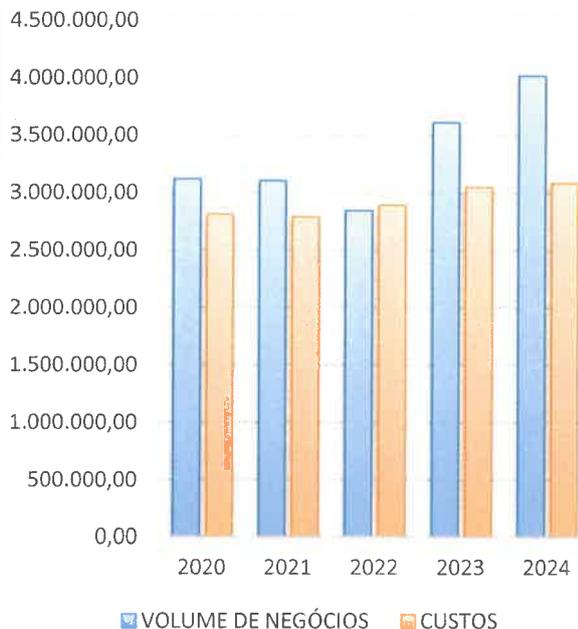
Ricky Joe Baptista

Sónia Alexandra Valadão da Silva

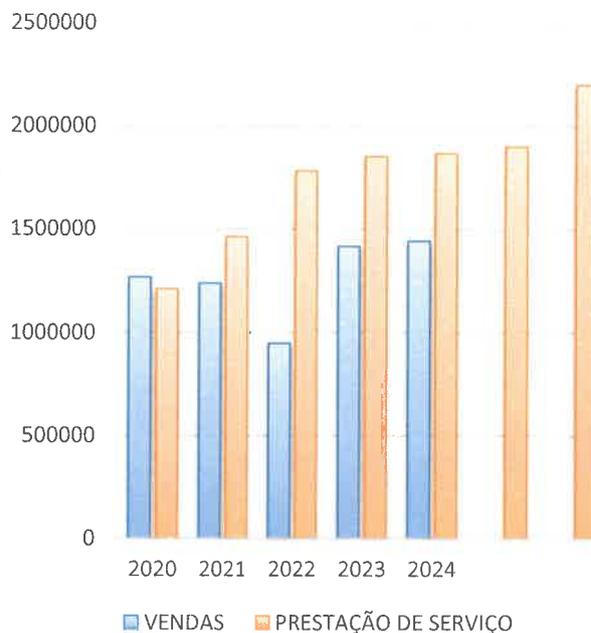
## INDICADORES MAIS SIGNIFICATIVOS



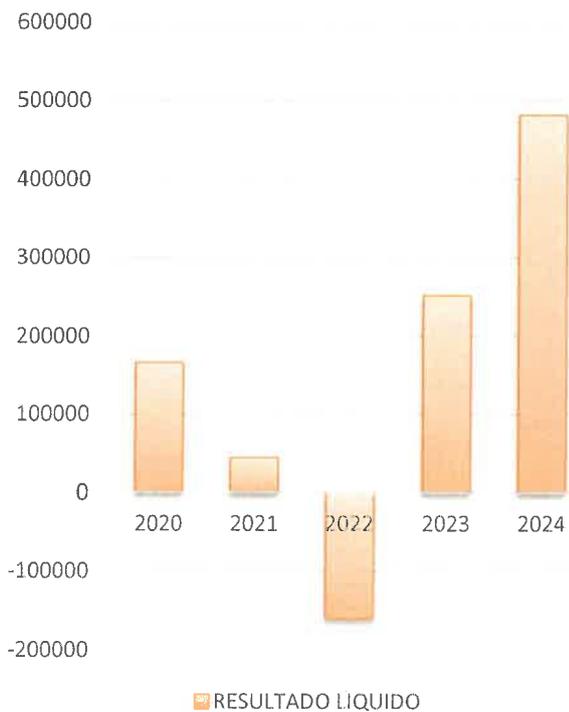
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS E CUSTOS



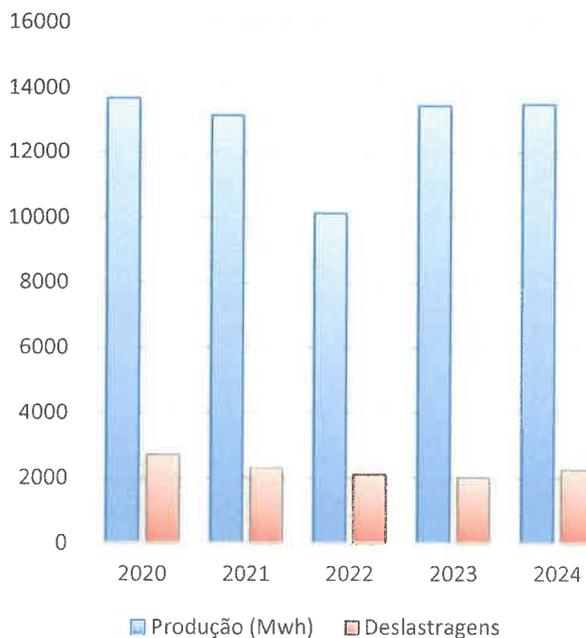
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS POR TIPOLOGIA

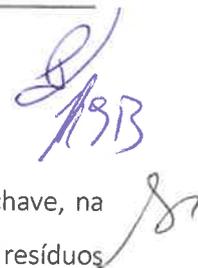


EVOLUÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO



PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA INJETADA NA REDE E DESLASTRAGENS





## A ATIVIDADE

A Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira apostou, como tecnologia chave, na valorização energética, permitindo dar um destino de valorização a um importante fração de resíduos produzidos nos Açores, e que se destinariam a aterro sanitário, nomeadamente os resíduos urbanos sem possibilidade de valorização material, industriais banais e algumas tipologias de industriais perigosos, bem como os Subprodutos de Origem Animal, dando-lhes um destino técnica e ambientalmente seguro. Da atividade da Central de Valorização Energética depende a manutenção da meta “aterro zero” em 6 ilhas dos Açores.

Contudo, acometida da enorme responsabilidade civil e ambiental e na prossecução do seu objeto social que a encarrega prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, a TERAMB desenvolveu um conjunto de projetos que contribuem para garantir a aplicação do princípio da hierarquia da gestão de resíduos.

No âmbito das competências atribuídas pelos municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, é a entidade responsável pelo Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) da ilha Terceira, constituindo-se como o único interlocutor com os Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRES), tendo a responsabilidade pelo correto funcionamento de todo o sistema de recolha seletiva e encaminhamento para a reciclagem. O ecocentro, a valorização orgânica, com a produção de composto, a estação de crivagem de escórias metálicas e a estação de crivagem de escórias inertes são infraestruturas chave nesta estratégia.

A TERAMB é o Valorizador do Sistema Integrado Gestão de Pneus Usados e do Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura na Região Autónoma dos Açores, bem como dos resíduos últimos produzidos nos centros de tratamento de resíduos de todas as ilhas com exceção do Pico e São Miguel, recebendo destas últimas algumas tipologias de resíduos industriais perigosos com necessidade de valorização energética. No âmbito do protocolo com o IAMA, é o destino final de todos os Subprodutos de origem animal produzidos nos matadouros dos Açores, com exceção da ilha do Pico e de São Miguel, encaminhando este último apenas os SPOAS de incineração obrigatória. É também o único valorizador da Região Autónoma do Açores para um conjunto de resíduos industriais especiais.

Sempre com o desígnio de continuar a promover uma gestão sustentável de resíduos, em articulação com os Municípios participantes, entidades gestoras e operadores de gestão de resíduos, a TERAMB, EM tem trabalhado no sentido que o resíduo seja utilizado como recurso, procurando **que todo o resíduo gerado seja um subproduto com VALOR.**

## OS RESÍDUOS GERIDOS

A TERAMB recebeu nas diferentes infraestruturas de tratamento e valorização da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira um total de **40.852 toneladas de resíduos e 6.005 toneladas de Subprodutos de origem animal (SPA)**, totalizando **46.857 toneladas** de entradas na CTVRIT, o que representa, face a 2023, uma diminuição da quantidade de resíduos recebidos em 3,38% e um aumento de cerca de 11,5% de SPOAS. Face a estes quantitativos, não se realizou mineração das antigas bolsas.

Aos valores de resíduos geridos acima apresentados acresce os quantitativos de resíduos de embalagens recolhidos seletivamente, no total de 3.046 e cuja gestão está a cargo da Teramb.

**TABELA 1: QUANTIDADES DE RESÍDUOS GERIDOS ENTRE 2020 E 2024**

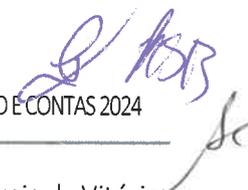
RESÍDUOS	2020	2021	2022	2023	2024
Geridos (Ton)	51.646,20	51.581,26	50.771,66	50.696,81	<b>49.902,28</b>
Recebidos CTVRIT (Ton)	48.867,27	48.494,50	47.588,56	47.664,77	<b>46.856,52</b>
Urbanos (Ton)	29.597,90	30.439,90	30.865,75	33.136,28	<b>33.168,59</b>
Recicladou ou Reutilizados (Ton)	12.326,63	12.225,39	10.486,45	11.364,83	<b>11.319,30</b>
Valorização energética (Ton)	38.943,7	39.733,3	31.280,0	38.869,99	<b>38.361,69</b>
Aterro (Ton)	1.659,26	168,56	276,21	287,84	<b>130,08</b>
Mineração (ton)	3.160,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

## A RECOLHA SELETIVA

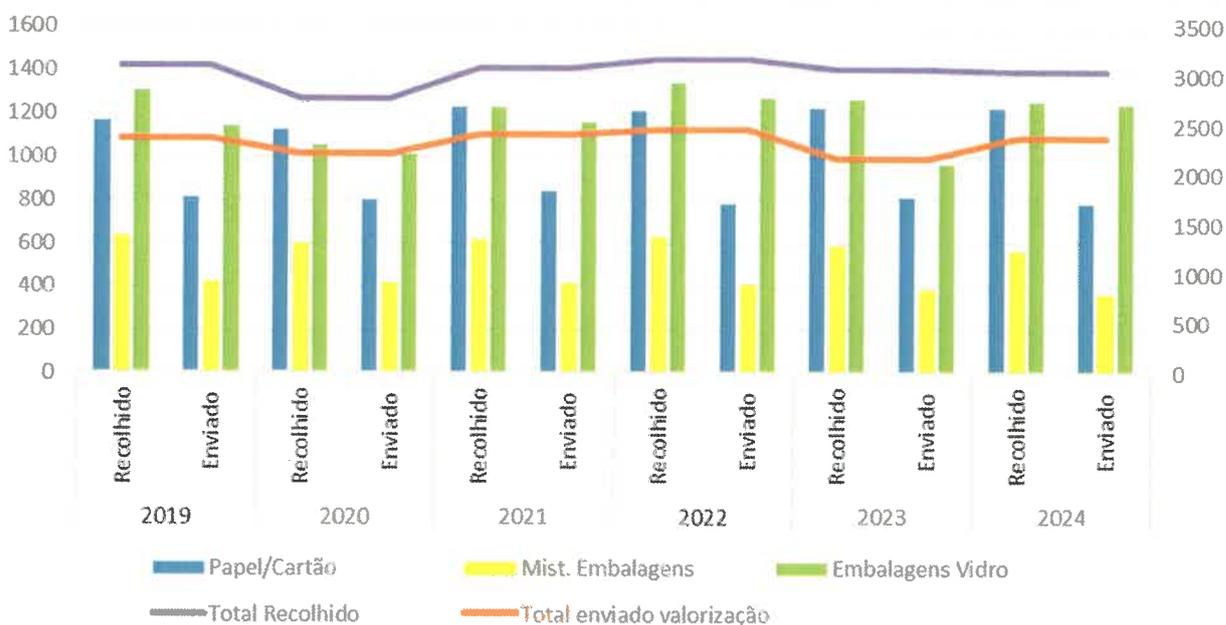
A TERAMB, na qualidade de SGRU da ilha Terceira, tem a responsabilidade por garantir o correto funcionamento de todo o sistema de recolha seletiva dos resíduos de embalagens provenientes dos sistemas municipais e encaminhamento para a reciclagem. No que se refere às recolhas, no concelho de Angra do Heroísmo, por via do contrato de gestão delegada celebrado entre a Teramb e o Município, a Teramb assumiu as responsabilidades pela recolha e transporte das embalagens provenientes dos ecopontos e estabelecimentos do setor HORECA, serviço este adjudicado a um prestador externo. No concelho da Praia da Vitória, a responsabilidade pela recolha está delegada na empresa municipal Praia Ambiente.

A triagem e encaminhamento para a indústria recicladora foi contratualizada a operador externo, que detém a central de triagem onde recebe todos os materiais recolhidos nos ecopontos ou no sistema porta-porta preparando os materiais recolhidos e enviando para retomadores licenciados (indústria recicladora).

Na ilha Terceira, durante o ano de 2024 foram recolhidas e entregues no centro de triagem para processamento e envio para a indústria recicladora **3046 toneladas** de resíduos de embalagens provenientes



dos circuitos de recolhas de ecopontos e porta a porta nos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, o que representou um decréscimo de sensivelmente 1% face a 2023. Este decréscimo das quantidades recolhidas e à semelhança de 2023 deveu-se essencialmente a menos quantidades de plástico e vidro depositado nos pontos de recolha. Contudo, relativamente aos **quantitativos enviados** para reciclador, verificou-se um aumento de cerca de 10% face a 2023, cifrando-se em 2.383,2 toneladas.

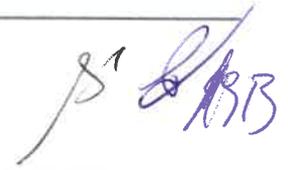


**GRÁFICO 1** EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADE DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS RECOLHIDAS SELETIVAMENTE E ENCAMINHADAS PARA AS ENTIDADE GESTORAS

No gráfico 1 pode observar-se a evolução das quantidades recolhidas e encaminhadas destacando-se a evolução negativa ao nível da recolha, mas o aumento significativo ao nível do encaminhamento, o que indica uma melhor a “qualidade” dos resíduos recebidos.

No ecocentro deram entrada para valorização multimaterial **240,12 toneladas de resíduos**, dos quais **215,32 toneladas** corresponderam a Resíduos de Construção e Demolição que foram encaminhados para operador licenciado e os restantes 24,8 toneladas para valorização multimaterial.

## A GESTÃO DE RESÍDUOS NA CTVRIT POR TIPO E DESTINO



A definição do destino dos resíduos que dão entrada na CTVRIT tem sempre por base o Princípio da Hierarquia dos Resíduos, nomeadamente, privilegiar sempre a deposição de resíduos com potencial para a reciclagem no ecocentro, seguindo-se o encaminhamento para as valências de

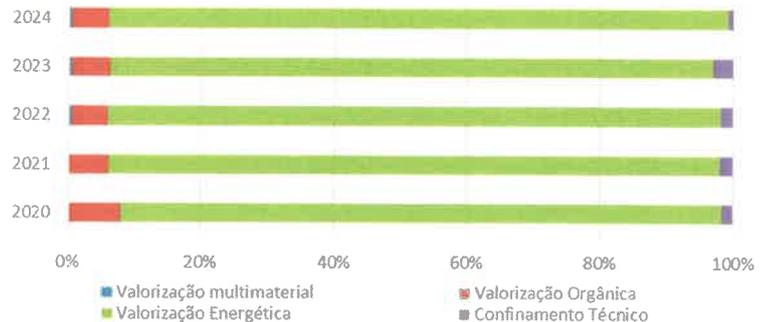


GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS NA CTVRIT

valorização, CVO, CVE, e CPSA e só em último caso deve ser encaminhar para aterro. No gráfico 2 pode observar-se a evolução das operações de valorização em detrimento do confinamento técnico e na tabela 2, em termos de quantidades absolutas e por tipologia generica de resíduo.

TABELA 2: QUANTIDADES DE RESÍDUOS RECEBIDOS POR TIPOLOGIA GENÉRICA E DESTINO ENTRE 2019 E 2023

RESÍDUOS	DESTINO	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos Urbanos indiferenciados (ton)	CVE	23.333,06	23.812,77	24.022,53	24403,70	24850,42
	Aterro resíduos banais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros resíduos urbanos	Aterro resíduos banais	1,36	0,18	0,00	0,10	0,12
	CVE	538,62	565,19	550,07	708,75	544,05
Refugo – CPR (ton)	Ecocentro	0,50	7,90	0,00	0,00	60,00
	CVE	6.714,83	5.258,65	4.927,32	4186,67	3931,37
Subprodutos Animais (ton)	Aterro resíduos banais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CPSA/CVE	5.151,42	5.921,16	5.548,35	4334,03	5280,80
Resíduos Industriais Perigosos (ton)	CVE	2.360,26	2.733,21	1.133,35	1051,02	724,17
	Aterro resíduos banais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,62
Resíduos Industriais Perigosos (ton)	Aterro resíduos perigosos	15,99	31,04	75,58	85,00	0,54
	Aterro resíduos banais	69,24	70,52	315,46	0,00	0,00
Resíduos Industriais Banais (ton)	CVE	0,00	0,00	0,00	365,00	130,45
	Aterro resíduos banais	15,74	7,56	19,47	52,53	1,60
Biodegradáveis (ton)	CVE	1.507,66	1.718,80	2.806,27	2596,20	2293,33
	CVO	2.830,59	2.766,39	2.423,45	2830,16	2582,61
Resíduos ETAR e esgotos	CVE	268,72	756,35	0,00	0,00	0,00
	Aterro resíduos banais	62,80	160,32	181,16	273,81	0,00
Monstros (ton)	CVE	1.679,42	948,26	1.499,63	1448,40	179,64
	CVO	1.005,07	112,58	164,44	0,00	973,38
Recicláveis (ton)	CVE	2.549,08	2.798,30	3.108,72	4080,63	0,00
Terras e pedras	Ecocentro	39,31	74,19	263,09	212,60	4917,90
Ecocentro (ton)	Aguarda valorização	723,60	751,13	549,66	1045,70	3931,37
	Reciclagem	39,31	74,19	263,09	212,6	240,06

## A CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS



Atendendo à caracterização física média dos resíduos indiferenciados que são encaminhados para a CTVRIT, o potencial para a fração alvo de reutilização e recuperação existente é ainda significativo, representando as embalagens cerca de **23,22%** da massa de resíduos, sensivelmente a mesma percentagem que em 2023. Os biorresíduos continuam a ser a principal componente da massa de resíduos mantendo, ascendendo a mais de 50%.



*É necessário não só o reforço das campanhas de sensibilização como uma mudança de política para a vinculação da necessidade de separação na origem e encaminhamento para a reciclagem de embalagens que ainda continuam a ser enviados para a valorização energética, sem qualquer poder calorífico.*

GRÁFICO 3: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS 2024

No que se refere aos biorresíduos, qualquer ação a desenvolver terá obrigatoriamente de passar pela capacitação da Teramb para o processamento da fração de biorresíduos alimentares, obrigando a investimentos na central de valorização orgânica.

## RECEÇÃO DE REFUGO POR ILHA

A TERAMB também recebe os resíduos últimos (refugo do tratamento mecânicos dos resíduos), bem como outras tipologias de resíduos não passíveis de valorização material ou orgânica, proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos localizados em todas as ilhas com exceção do Pico e S. Miguel, recebendo destas ilhas apenas tipologias de resíduos essencialmente industriais com obrigação de valorização energética.

Em **2024** foram rececionadas 4.023,47 toneladas de refugos, mais 20% do que em período homologado. Este aumento deveu-se essencialmente aos quantitativos enviados pelo centro de processamento de resíduos do Faial, muito provavelmente devido a limpeza de passivo. No gráfico 4 pode ser observada a evolução dos quantitativos recebidos por ilha.

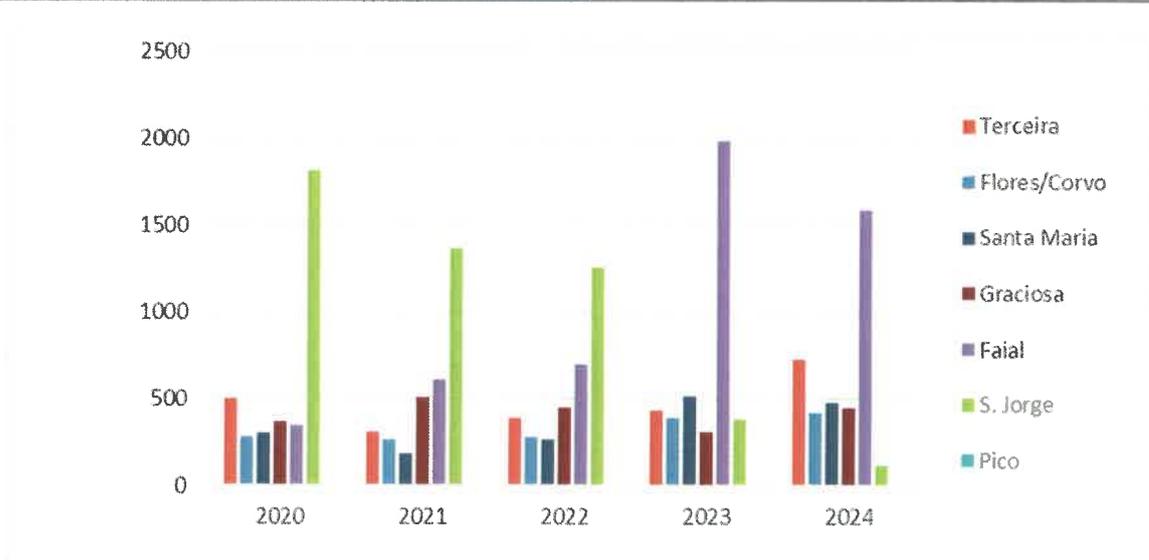


GRÁFICO 4: QUANTIDADES (EM TONELADAS) DE RESÍDUOS ENCAMINHADOS POR CENTRO DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS.

## VALORIZAÇÃO DE FLUXOS ESPECÍFICOS

A TERAMB, EM faz parte da rede integrante de valorizadores de pneus, sendo o destino dos pneus em fim de vida produzidos na Região Autónoma dos Açores. A operação foi contratualizada em 2019 com a entidade gestora VALORPNEU e desde essa altura já recebeu um total de 5.959 toneladas. Em 2024 recebeu-se 1.298,79 toneladas, foram valorizadas 986,72 toneladas e ficou 312 toneladas em stock, para o ano de 2025.

No âmbito do contrato com a Valorfito, sistema integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda, apenas foram recebidas 0,7 toneladas, o que é um valor irrisório, considerando que o contrato abrange todos os resíduos desta fileira, produzidos nos Açores, havendo por isso um longo caminho a percorrer na valorização desta tipologia.

Também tem sido o valorizador de um conjunto de resíduos industriais perigosos, nomeadamente tintas, solventes, resíduos de hidrocarbonetos, lamas de separadores bem como outros tipos de resíduos contaminados com substâncias perigosas, cumprindo-se o desígnio de tratamento de resíduos o mais próximo da fonte geradora. Em 2024 foram rececionadas cerca de 221,07 toneladas, das quais 220,53 toneladas foram encaminhadas para a CVE, destas, 79,13 toneladas provieram da ilha Terceira, 61,34 toneladas foram encaminhadas da ilha do Faial e 80,7 toneladas das restantes ilhas. As remanescentes 0,54 toneladas foram depositadas em aterro de resíduos perigosos.

## O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (CPSA)

A sua construção e operação está assente num protocolo estabelecido com o IAMA e destina-se essencialmente a processar os subprodutos de origem animal (SPOAS) resultantes dos abates efetuados nos matadouros dos Açores, bem como salas de desmancha e os animais mortos nas pastagens da ilha Terceira.

Inicialmente concebido para laborar 11 meses, a 16 horas diárias, 5 dias úteis por semana, começou por processar em 2017 (primeiro ano em velocidade cruzeiro) 3 757 toneladas, das quais 860 toneladas foram provenientes do exterior à Terceira, entregues acondicionados em 83 contentores.

Em 2024, foram rececionadas um total de 6.005 toneladas de SPAS, das quais 4.649 provieram da ilha Terceira e 1355,55 toneladas foram encaminhadas em 98 contentores de 20' vindos de outras ilhas, excluindo São Miguel. Da ilha de São Miguel foram encaminhados 9 contentores de 40' com 227,5 toneladas que foram encaminhadas diretamente para a Central de Valorização Energética.

## A VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Destinada processar todos os resíduos que não tenham outra forma de valorização, é o destino para todos os resíduos urbanos e equiparados produzidos na ilha Terceira e entregues de forma indiferenciada, bem como da grande maioria de resíduos industriais banais e perigosos. É também o destino de valorização da fração resto proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos dos Açores, com exceção da ilha de S. Miguel e Pico, recebendo destas ilhas apenas alguns resíduos especiais com obrigação de valorização energética.

A quantidade total incinerada em 2024 foi de 40.177,77 toneladas, com uma média de 5,52 toneladas/hora com um PCI médio de 6.360 Kj/Kg. A quantidade incinerada foi sensivelmente o total da capacidade instalada.

Relativamente à composição dos resíduos incinerados, a componente referente a resíduos de origem doméstica representou **73,64%**, os subprodutos de origem animal **8,77 %**, as lamas e resíduos de ETAR representaram cerca de **2,54 %**, e os restantes **15,02 %**, outros resíduos (resíduos industriais, perigosos, etc.).

Em termos de rendimento/indicadores da instalação, o índice de disponibilidade da instalação em termos de combustão de resíduos foi de 91,60% (Horas possíveis-horas de paragem programada/horas possíveis). Partindo do índice de disponibilidade, foi registado um índice de utilização de 99,24% (medido pelo número de horas de

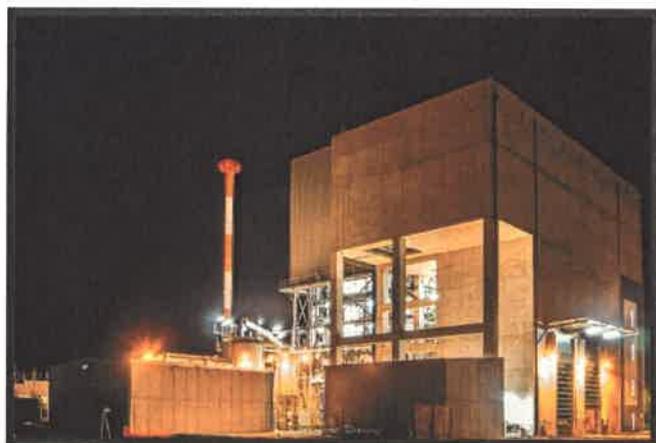


FIGURA 1: VISTA GERAL DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

funcionamento/(horas possíveis - horas paragens programadas), portanto um desempenho

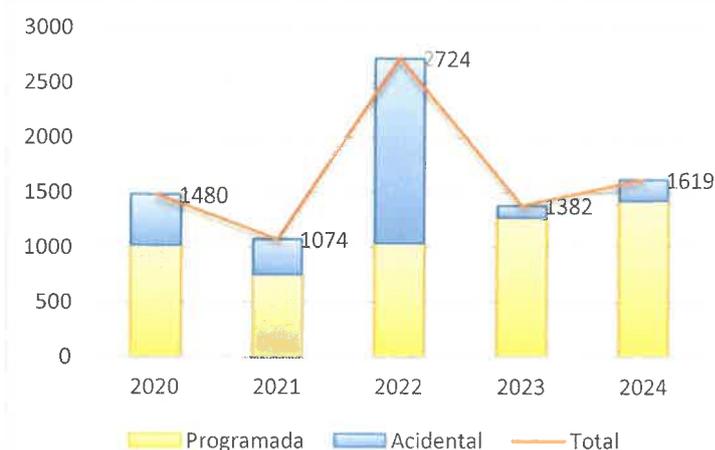


GRÁFICO 5: NÚMERO DE HORAS DE PARAGEM DA CVE

excelente, sem grandes constrangimentos ou avarias a reportar. De registar apenas 8 dias de paragens acidentais (paragens não programadas), além das duas paragens programada, conforme o planeamento anual, que somaram um total de cerca de 59 dias.

## PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

Em termos de energia, a Central de Valorização Energética produziu um total de **17.225,54 MWh**, dos quais exportou para a rede pública cerca de **13.464 MWh** ano, correspondendo sensivelmente à produção de 2023. O autoconsumo correspondeu a 4.237 MWh, destacando-se a continuidade da exportação de energia térmica para o CPSA, no total de 1.287 toneladas de vapor.




**GRÁFICO 6: PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA INJETADA NA REDE PÚBLICA.**

No que se refere aos ressarcimentos, em 2024 foram de **1.159 MWh** à EDA Ren e **1.086 MWh** à CAEN, num total de **2.245 MWh**, representando uma média anual de 16,68 % da produção, mais 1% do que em 2023. Ressalve-se que no mês de dezembro só foram aplicados ressarcimentos até dia 13, como consequência da entrada em funcionamento do novo parque eólico da CAEN, sem que tenham sido acautelados e atualizado o modelo de ressarcimentos, estando a decorrer as reuniões para aferir a sua integração sem comprometer as prioridades de entrada de energia na rede.

À semelhança dos anos anteriores, nos períodos de operação normal, os valores de referência relativos à capacidade térmica e produção de energia elétrica produzida por tonelada de resíduos aproximaram-se do valor nominal em virtude da contínua melhoria da gestão dos resíduos na fossa e na mistura de resíduos a valorizar.

## SUBPRODUTOS OBTIDOS DA VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

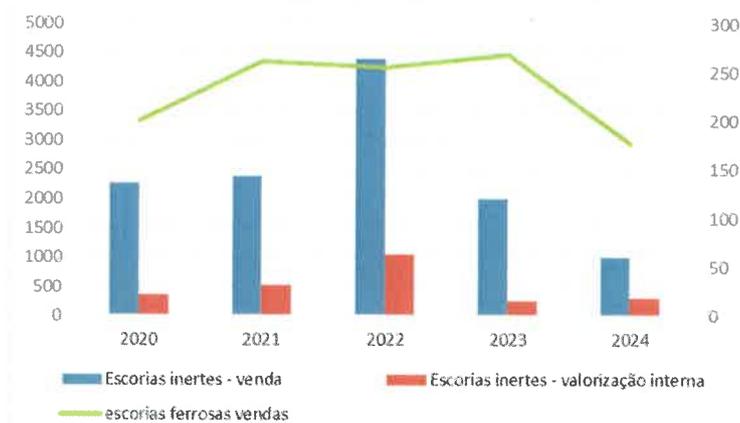
Do processo de combustão de resíduos resultam ainda escórias e metais ferrosos, que são separadamente recuperados, sendo estes materiais ferrosos encaminhados para posterior reciclagem. Relativamente às escórias, os seus componentes potenciam uma utilização como material granular substituindo os solos ou os agregados naturais obtidos na indústria extrativa, mas também é um subproduto que tem potencial relevante, em obras de construção e estradas. As cinzas

produzidas na Central foram tratadas na unidade de inertização e, posteriormente, depositadas em aterro de resíduos perigosos.

No gráfico 8 está representada a evolução da valorização destes subprodutos nos últimos 5 anos. Mantivemos o encaminhamento das escórias ferrosas para operador de gestão de resíduos por ser economicamente mais vantajoso do que o encaminhamento para a entidade gestora de resíduos de embalagem.



**FIGURA 2: ESCORIAS INERTES (EM CIMA) E ESCORIAS FERROSAS (EM BAIXO)**



**GRÁFICO 7: VALORIZAÇÃO DE ESCORIAS INERTES E FERROSAS**

## CONFINAMENTO TÉCNICO E MINERAÇÃO

Em complemento à hierarquia dos resíduos, sempre que não seja possível valorizar os resíduos de outra forma, o confinamento técnico constitui a última opção de tratamento. No período em apreço a TERAMB encaminhou para confinamento técnico os resíduos de esgotos não passíveis de valorização devido ao elevado teor em água, cinzas e resíduos industriais não combustíveis e não passíveis de valorização.

No ano em apreço, foram entregues e enviadas para deposição em aterro de resíduos banais 130 toneladas de resíduos e 0,54 toneladas de resíduos inertes contaminados em aterro de resíduo perigosos.

Não foi realizada a operação de mineração devido à grande quantidade de resíduos armazenada e que não foi processada devido aos constrangimentos já referidos nos anos anteriores, pelo que foi opção privilegiar o tratamento desses resíduos.

O **CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** é um dos eixos fundamentais da estratégia da TERAMB. Manteve-se o cumprimento das obrigações ambientais, quer em termos de hierarquia do tratamento dos resíduos quer ainda do cumprimento de todos os requisitos das diversas licenças. No que se refere ao cumprimento dos diversos planos de monitorização ambiental não se verificaram irregularidades a registar.

## CERTIFICAÇÃO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE

A TERAMB, EM, consciente da sua missão e de como esta influi na qualidade de vida das populações, pretende ser uma empresa de referência no setor dos resíduos, valorizando a qualidade do serviço que presta. Em 2023 iniciou o processo de certificação pelas normas ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015 tendo em 2024 concluído a primeira fase, tendo ficado agendado para janeiro de 2025 a Auditoria Interna.

## A COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

No âmbito da sensibilização ambiental, ao longo do ano de 2024, a TERAMB, EM, recebeu 369 visitantes nas instalações de modo a promover as ações feitas na empresa, tendo mantido praticamente o número de visitantes do que no ano anterior, menos 3. Estes visitantes foram essencialmente alunos e professores do ensino básico do Concelho de Angra do Heroísmo, alunos do pré-escolar, alunos da Rede Valorizar de Angra do Heroísmo, alunos de OTL e de colónias de férias, perfazendo um total de 193 alunos, professores e auxiliares de educação. Algumas destas visitas tiveram o apoio da empresa Resiaçores, na qualidade de proprietária do centro de triagem de resíduos de embalagens valorizáveis, mostrando as diferentes tipologias produzidas e a sua separação e encaminhamento posterior para a TERAMB, EM ou com o auxílio da CMAH, nas campanhas de sensibilização do concelho.



Figura 3. Registo das visitas da Rede Valorizar e Eco escola às instalações da TERAMB, EM

Durante o ano em apreço a TERAMB, EM foi ainda visitada por 3 alunos do curso de Ciências Agrárias, 11 alunos de mestrado de Gestão e Conservação da Natureza e 10 alunos do curso de Natureza e património do Campus de Angra do Heroísmo, da Universidade dos Açores e por 18 alunos da Universidade Sénior da Casa do Povo de Santa Bárbara. Teve lugar ainda 122 visitantes, de entidades como a BA4, Casa de Saúde de São Rafael, utentes e trabalhadores e Centro de Apoio à Deficiência (CAD), utentes. Os restantes visitantes foram essencialmente de empresas diversas como a AzorMed ou ainda CTRASA – Centre de Tractament de Residus d’Andorra. Grande parte das visitas são organizadas em conjunto com a Resiaçores, por forma a que os visitantes percebam a hierarquia de tratamento dos resíduos e da importância do correto encaminhamento dos mesmos.



Figura 4. Registo visita de estudo Academia Sénior e colégio Divertiláxia

A TERAMB, EM esteve ainda presente no Fórum de “Tudo Sobre Nós”, organizado pela escola profissional INEtese, em março de 2024, assim como na ação de sensibilização no Dia da Criança, que decorreu na Rua de São João em Angra do Heroísmo, com o intuito de incentivar os mais novos para a importância da correta separação e encaminhamento, no mês de junho participou na VI Edição da Feira do Ambiente, realizada pela CMPV, foi feita uma campanha de sensibilização junto dos alunos e professores da EBI Francisco Drummond, que decorreu durante a Semana Europeia de Prevenção dos Resíduos, de 16 a 24 de novembro, este ano com o tema “Desperdício Alimentar”, ainda durante o ano de 2024, decorreu ações de sensibilização junto dos funcionários do Angra Garden Hotel.



Figura 5. Registo Fórum “Tudo Sobre nós” e Dia Mundial das Crianças



Figura 6. Registo feira do ambiente e campanha "Desperdício Alimentar"

## O INVESTIMENTO

A concretização dos investimentos previsto para o ano de 2024 continuou fortemente condicionado por constrangimentos de tesouraria. Os valores dos investimentos cifraram um valor global de 190.546,13 € e correspondem a investimentos para reparação e reposição de unidades e equipamentos do CPSA e da CVE. A empresa também adquiriu um veículo elétrico para apoio ao gabinete técnico e administrativo, dado que a viatura adquirida em 2011 já se encontra com idade avançada e está a ser utilizada pela manutenção, o que tem agravado o estado de conservação do seu interior.

Os investimentos previstos para 2024 e não realizados transitaram para o plano e orçamento de 2025, dos quais se destaca o upgrade da instrumentação da CVE, reparação da Turbina e a cabine de análise de fumos.

## RECURSOS HUMANOS

O capital humano é um dos principais ativos da TERAMB, EM, e sua gestão eficaz é fundamental para alcançar os seus objetivos estratégicos. O foco da gestão de recursos humanos tem sido a formação contínua, o desenvolvimento profissional e a criação de um ambiente de trabalho positivo e inclusivo, sem esquecer a valorização da tabela salarial.

A TERAMB ao longo dos anos tem registado um volume de emprego médio de 43 postos de trabalho, divididos por dois departamentos, o DVMAL e o DCVE.

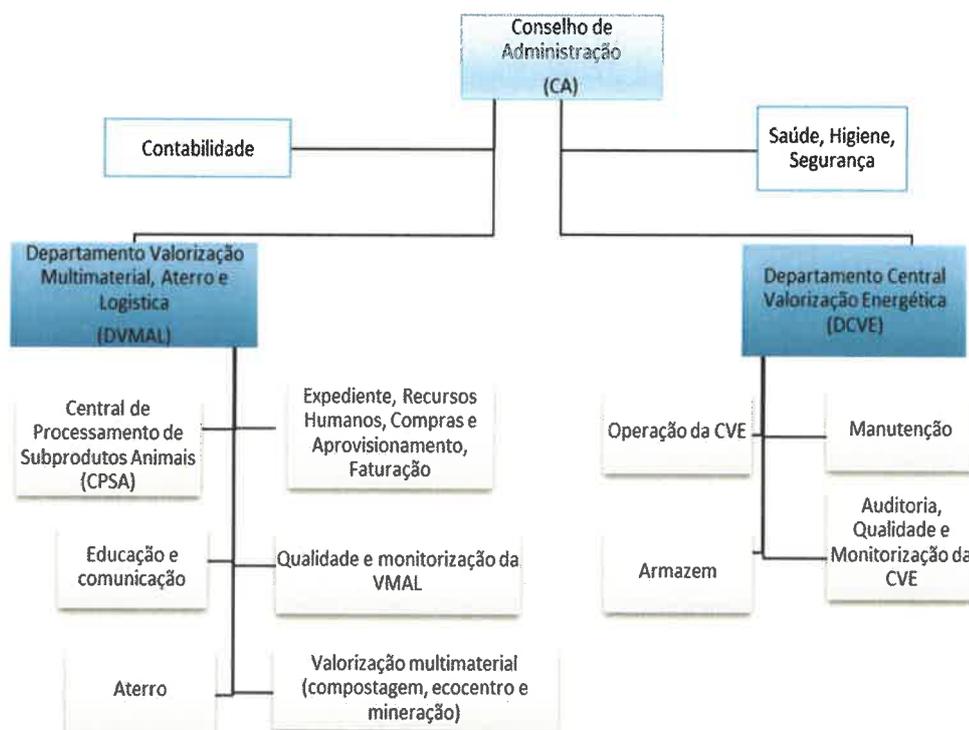


FIGURA 7: ORGANOGRAMA

O ano de 2024 e ainda em forma de rescaldo das alterações nas equipas efetuadas em 2023, foi também um ano com muitos desafios em termos de gestão de pessoal devido ao enorme esforço de adaptação e formação das equipas da CVE. A par disto, a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente também representou uma grande sobrecarga para os técnicos superiores e gabinete administrativo.

Assim, a 31 de dezembro o quadro de pessoal da empresa somava um total de **44** colaboradores distribuídos pelos 2 departamentos, sendo 84% homens e 15,9% mulheres, com uma média de idade a situar-se nos **41** anos. Esta disparidade entre homens e mulheres, em grande medida, é resultante na natureza tradicionalmente masculina deste tipo de serviço, no entanto, ressalva-se que, o corpo técnico (técnicos com qualificação superior) representa 14% dos colaboradores e conta com 5 mulheres e 2 homens.

Ao nível da formação a TERAMB manteve-se a aposta na formação contínua e desenvolvimento das competências profissionais, promovendo também iniciativas internas que promovam a comunicação. A formação incluiu ações na área da segurança, higiene no trabalho e, no âmbito de uma prestação de serviço, formação para operadores, chefes de turno, manutenção e engenharia, contabilizando um total de horas anuais 3183,5, o que representa um aumento de mais de 250% face a 2023. Este

aumento brutal deveu-se muito às horas de formação dada internamente aos colaboradores que assumiram nova funções para instrução das atividades e tarefas a desenvolver.



**TABELA 3: NÚMERO DE COLABORADORES POR CATEGORIA**

<b>CARGO/CARREIRA/CATEGORIA</b>	<b>DCVE</b>	<b>DVMAL</b>	<b>TOTAL</b>
ADMINISTRADOR	1		1
DIRETOR-TÉCNICO	1	-	1
TÉCNICO SUPERIOR	1	4	5
ASSISTENTES DE GESTÃO	6	1	7
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	-	3	3
TÉCNICOS ALTAMENTE QUALIFICADOS	10	-	10
ASSISTENTES OPERACIONAIS	5	12	17
<b>TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>44</b>



## SITUAÇÃO FINANCEIRA



A 31 de dezembro de 2024, o volume de negócios foi de **4.022.158,18 €** o que representou um aumento de 11% relativamente a 2023, sendo que **36 %** refere-se às vendas, essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE e **64 %** a prestações de serviço de tratamento de resíduos. A estes valores acresce **1.240.773,60 €** proveniente da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT e **3.256,02 €**, de subsídios a exploração relativos a subsídios atribuídos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, no âmbito de programas de emprego e pelo Fundo de Coesão II.

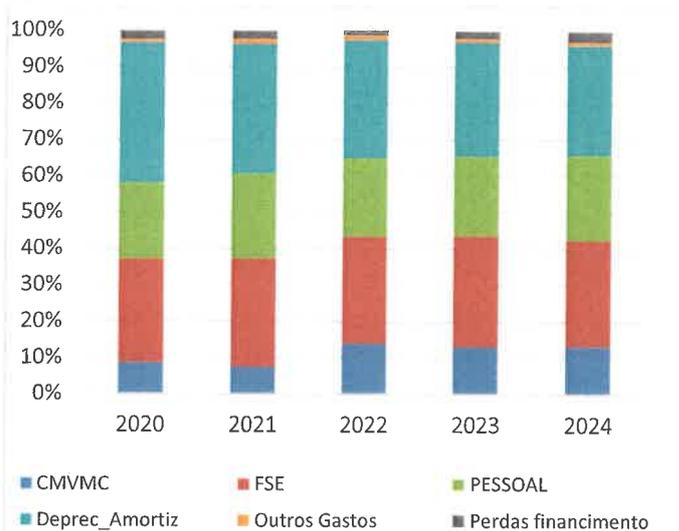
O aumento do volume de negócio deveu-se essencialmente ao bom desempenho da operação da central de valorização energética e consequente produção de energia elétrica e da atualização do tarifário.

**TABELA 4: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS**

<b>RUBRICAS (€)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>Eletricidade*</b>	1 239 392,99	1 224 726,52	897 828,86	1 363 368,64	<b>1 410 416,68</b>
<b>Escórias inertes</b>	7 895,13	5 190,00	11 064,12	17 463,56	<b>8 994,78</b>
<b>Composto</b>	1 633,60	1 965,20	1 295,40	1 927,91	<b>0</b>
<b>Sucata/Escórias ferrosas</b>	14 084,85	29 739,94	35 522,75	33 241,6	<b>16 548,69</b>
<b>Total de Vendas</b>	1 265 839,06	1 236 694,51	945 711,13	1 416 001,71	<b>1 441 235,01</b>
<b>Contrapartidas- SMAUT</b>	251 836,52	281 521,68	295 532,68	320 349,31	<b>392 119,70</b>
<b>Prestação de Serviços</b>	1 851 488,93	1 866 296,12	1 898 715,10	2 198 456,63	<b>2 580 923,17</b>
<b>Total Volume de Vendas +Serviços</b>	3 117 327,99	3 102 990,63	2 844 426,23	3 614 458,34	<b>4 022 158,18</b>

\*liquido (inclui deslastragens) \*\*Acertos referentes a custos reconhecidos pela ERSE

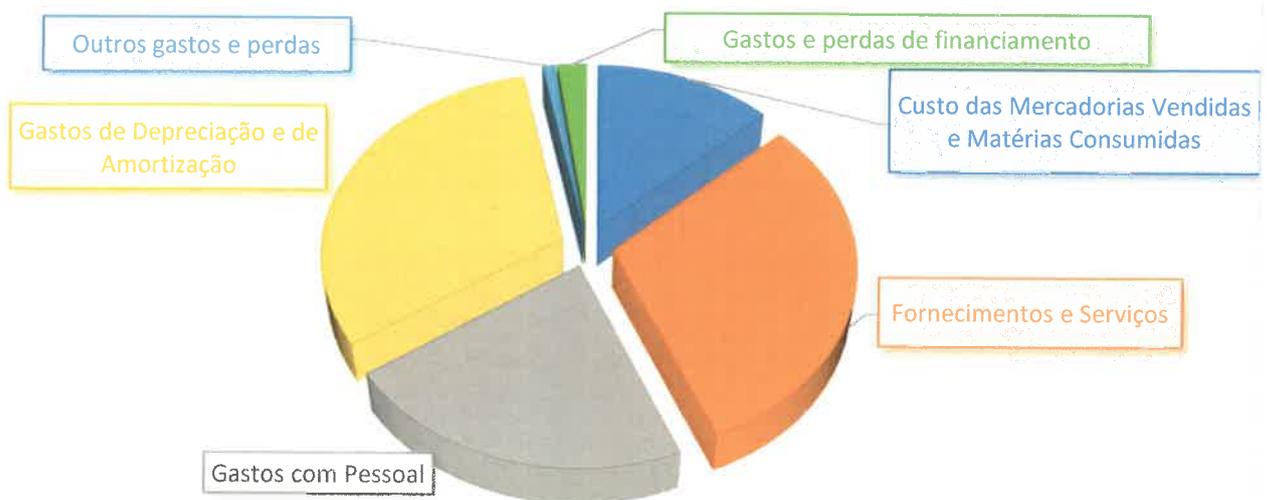
As despesas correntes com um valor de **3.362.540,20 €** representam uma execução orçamental de 92 % e um aumento de 1% relativamente a período homologo. Os gastos com fornecimento e serviços externos em conjunto com os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas tiveram uma execução orçamental de 88%, enquanto os gastos com pessoal tiveram uma execução orçamental de 98%, portanto, dentro do previsto.



**GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS**

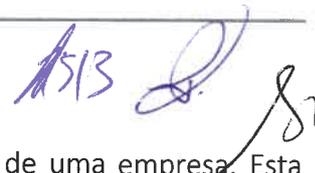
Analisando do ponto de vista de estrutura de custos da rubrica da despesa, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas contabilizou **13%**, os gastos com fornecimento e serviços externos tem um peso de **29%**, enquanto os gastos com o pessoal representaram **24%** do valor executado.

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização, no valor de **1.417.245,14€**, representando **100%** do valor orçamentado, enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a 136.002,35€, um valor bastante acima do orçamentado, devido a necessidade de recurso a crédito para fazer face a necessidades de investimento.



**GRÁFICO 9: ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CUSTOS 2024**

## INDICADORES



Os rácios constituem uma das diversas técnicas base da análise financeira de uma empresa. Esta informação é importante porque fornece uma visão detalhada da performance financeira TERAMB, EM. A análise das principais rubricas de rendimentos e ganhos, gastos e perdas, estrutura de resultados, margem de comercialização, ponto crítico das vendas/margem de segurança, e comportamento da tesouraria permite avaliar a saúde financeira da empresa, identificar áreas de melhoria, e tomar decisões estratégicas informadas. Além disso, os indicadores de liquidez, solvabilidade, autonomia financeira, prazos médios de recebimentos e pagamentos, e rentabilidade dos capitais próprios são essenciais para entender a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações financeiras e gerar valor para seus acionistas.

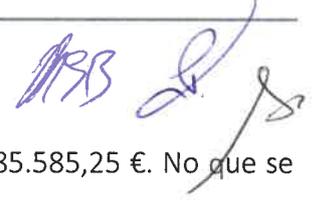
Os indicadores financeiros evidenciam algum equilíbrio financeiro de liquidez, no entanto, pode-se concluir que os níveis de tesouraria revelam importantes vulnerabilidades o que demonstra fragilidade para situações de curto prazo.

Como já largamente debatido, e não obstante o aumento de tarifário efetuado em 2024, essa vulnerabilidade resulta das orientações dos sócios que pretendem garantir um tarifário adequado à situação económica e social da ilha Terceira, mantendo apenas a cobertura da despesa corrente, o que não permite a recuperação dos gastos económicos e financeiros relativo ao envelhecimento das infraestruturas. Esta situação coloca em risco a capacidade de investimento em reposições e melhorias importantes nas máquinas, equipamentos e infraestruturas, colocando em causa a continuidade de operação da unidade, obrigando á contratação de empréstimos para financiamento dos investimentos.

O rácio de rentabilidade dos capitais próprios apresenta-se positivo, em consequência do resultado obtido.

<b>INDICADORES</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<i>Liquidez Geral</i>	1,74	1,98	2,30	2,30	2,22
<i>Liquidez Reduzida</i>	1,13	1,09	1,51	1,09	1,16
<i>Liquidez Imediata</i>	0,04	0,30	0,24	0,30	0,52
<i>Solvabilidade</i>	3,63	3,97	3,58	3,72	3,71
<i>Autonomia Financeira</i>	78,41	79,87	78,18	78,83	78,77
<i>Rentabilidade Capitais Próprios</i>	0,62	0,18	-0,60	0,96	1,89
<i>Prazo Médio Recebimentos</i>	69	90	79	68	76
<i>Prazo Médio Pagamentos</i>	228	361	280	186	260

## BALANÇO E RESULTADOS



O total do ativo ascendeu a 32.440.731,30 €, enquanto o passivo totaliza 6.885.585,25 €. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de 25.555.146,05 €, sendo 1.950.000,00€ correspondente ao capital subscrito, 77.241,55 € a reservas legais, 662.621,41 € a outras reservas, 323.574,28 € relativos a resultados transitados, 22.059.987,17 € de outras variações do capital próprio. A estes valores acresce 481.721,64 € provenientes do resultado líquido do período.

A empresa contraiu em julho de 2021, um financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, dos quais se encontravam utilizados à data do termo do exercício de 2022, o montante de 2.302.265,63€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa.

Em dezembro de 2023 a empresa contratualizou um novo financiamento bancário, na modalidade de abertura de crédito até ao limite de 500.000,00€, mediante a apresentação de uma livrança subscrita pela empresa, sendo o prazo de reembolso de 120 meses, destinando-se o mesmo a suprir necessidades de tesouraria ao nível do investimento.

**TABELA 5: EVOLUÇÃO DO BALANÇO AO LONGOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS**

BALANÇO (€)	2020	2021	2022	2023	2024
<i>Ativo não corrente</i>	32.457.638,20	31.408.582,64	30.722.100,47	30.604.445,92	29.321.689,79
<i>Total ativo</i>	34.988.312,70	33.788.377,19	34.234.927,32	33.145.244,39	32.440.731,30
<i>Inventário final</i>	883.792,23	1.075.641,00	1.201.086,51	1.342.269,78	1.490.116,33
<i>Capital Próprios</i>	27.433.559,66	26.986.156,11	26.765.606,63	26.129.006,11	25.555.146,05

No período em referência a empresa faturou 4.022.158,18 € (valor sem IVA) tendo como resultados operacionais antes de impostos 582.414,88 €.

Este resultado é muito superior ao esperado e deve-se essencialmente ao bom desempenho da Central de Valorização Energética, traduzido na injeção de energia elétrica na rede pública, à estabilização das deslustragens e consequentes ressarcimentos à EDA renováveis e CAEN, mas também porque se mantém a extraordinária contenção da despesa em fornecimentos e serviços externos e no Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

## DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

## RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), assim como do Artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, e ainda dos Artigos 21º e 24º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações, os resultados líquidos anuais devidamente aprovados terão a seguinte aplicação:

- a) Uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte do capital social. No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal. Conforme consta dos Estatutos da Empresa a reserva não pode ser inferior a 5% do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária para a cobertura de prejuízos transitados.
- b) Uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral, conforme consta da proposta de alteração dos estatutos;
- c) O restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a Sociedade. Neste caso e conforme consta da alínea b) do Artigo 25º dos Estatutos da Empresa para reserva para investimentos;

Deste modo, e nos termos do artigo 295º, nº1 do CSC, um mínimo de 5% é destinado à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração até que a mesma represente 20% do capital social. Sendo o capital social da Empresa de **1.950.000,00 €**, 20%, corresponde a **390.000,00 €**, sendo que à data de 31 de dezembro de 2024, a reserva legal é de **77.241,55 €**, inferior ao valor mínimo global exigido pelo CSC.

Nos Estatutos, e na proposta, não existe qualquer cláusula que disponha em contrário ao preceituado na referida disposição legal.

Por lucro distribuível entende-se o resultado líquido do exercício após constituição ou reforço de reserva legal e cobertura de resultados transitados negativos, quando aplicável. Com referência a 31 de dezembro de **2024**, verifica-se que a reserva legal ainda não se encontra integralmente constituída e os **resultados transitados são positivos**.

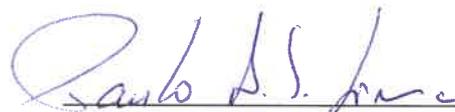
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apurou-se um resultado líquido do exercício, no montante global de 481 721,64 €.

A proposta de aplicação de resultados é a seguinte:

- **Reservas legais: 24.086,08**
- **Reservas de investimento: 457.635,56 €**

Angra do Heroísmo, 27 de março de 2025

O Conselho de Administração



Paulo Alexandre Silva Lima



Ricky Joe Baptista



Sónia Alexandra Valadão da Silva

## BALANÇO

31. Dezembro. 2024

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2024	31 Dezembro 2023
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	29 090 978,99	30 322 815,23
Ativos intangíveis	7	213 726,40	225 157,60
Outros investimentos financeiros	28	16 832,82	16 832,82
Ativos por impostos diferidos		151,58	39 640,27
		<u>29 321 689,79</u>	<u>30 604 445,92</u>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	19	1 490 116,33	1 342 269,78
Clientes	28	849 186,60	684 543,75
Estado e outros entes públicos	28	28 646,98	43 083,44
Outros créditos a receber	28	3 755,98	121 437,65
Diferimentos	28	21 289,07	20 439,35
Caixa e depósitos bancários	4	726 046,55	329 024,50
		<u>3 119 041,51</u>	<u>2 540 798,47</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>32 440 731,30</u></u>	<u><u>33 145 244,39</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	6	1 950 000,00	1 950 000,00
Reservas legais		77 241,55	64 658,82
Outras reservas		662 621,41	423 549,64
Resultados transitados		323 574,28	323 574,28
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	22 059 987,17	23 115 568,87
		<u>25 073 424,41</u>	<u>25 877 351,61</u>
Resultado líquido do período	5	481 721,64	251 654,50
<b>Total do capital próprio</b>		<u><u>25 555 146,05</u></u>	<u><u>26 129 006,11</u></u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	11/28	1 953 318,96	2 204 738,19
Passivos por impostos diferidos	26	394,91	394,91
Outras dívidas a pagar	28	3 525 924,36	3 706 684,77
		<u>5 479 638,23</u>	<u>5 911 817,87</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	5/28	606 182,85	456 762,86
Estado e outros entes públicos	28	70 612,02	37 296,24
Financiamentos obtidos	11/28	401 112,36	220 391,62
Outras dívidas a pagar	28	328 039,79	389 969,69
<b>Total do passivo corrente</b>		<u>1 405 947,02</u>	<u>1 104 420,41</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>6 885 585,25</u>	<u>7 016 238,28</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u><u>32 440 731,30</u></u>	<u><u>33 145 244,39</u></u>

Contabilista Certificada  
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Ricky Joe Baptista)

(Sónia Alexandra Valadão da Silva)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2024

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	21	4 022 158,18	3 614 458,34
Subsídios à exploração	23	3 256,02	333,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-615 088,23	-605 550,97
Fornecimentos e serviços externos	5/31	-1 369 538,00	-1 428 677,66
Gastos com o pessoal	29	-1 100 856,88	-1 016 332,32
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	-72,01	-2 519,55
Aumentos / reduções de justo valor	28	0,00	919,38
Outros rendimentos e ganhos	23/31	1 240 773,60	1 311 702,72
Outros gastos	5/31	-44 970,31	-42 980,40
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 135 662,37</b>	<b>1 831 353,09</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1 417 245,14	-1 464 849,98
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>718 417,23</b>	<b>366 503,11</b>
Juros e gastos similares suportados	11	-136 002,35	-100 637,84
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>582 414,88</b>	<b>265 865,27</b>
Imposto sobre o rendimento do período	26	-100 693,24	-14 210,77
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5</b>	<b>481 721,64</b>	<b>251 654,50</b>

Contabilista Certificada  
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Ricky Joe Baptista)

(Sónia Alexandra Valadao da Silva)

## ANEXO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

### 2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF nº7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

#### 3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

#### 3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

#### 3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

#### 3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na

demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

### 3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

### 3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas deste anexo.

### 3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

### 3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

#### Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2024, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

#### Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

#### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

### 5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

### 5.3 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Não foram detetados erros relativamente a períodos anteriores

## 6. PARTES RELACIONADAS

### 6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

### 6.2. - Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um auferiu remunerações no exercício, no montante bruto de 49.597,73€ a título de remunerações e 11.342,14€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

### 6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante 2024, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar n° 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

## 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar n° 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos

- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2024 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso no montante global de 17.685€.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excédentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de dezembro de 2024, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação dá quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

#### 9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

#### 10. LOCAÇÕES (Não aplicável)

#### 11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa. O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente ao artigo matricial 1691 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo sob o artigo 1463.

Em dezembro de 2023 a empresa contratualizou um novo financiamento bancário, na modalidade de abertura de crédito até ao limite de 500.000,00€, mediante a apresentação de uma livrança subscrita pela empresa, dos quais a empresa utilizou 350.000,00€, podendo o montante remanescente vir a ser utilizado num período de 12 meses, sendo o prazo de reembolso de 120 meses, destinando-se o mesmo a suprir necessidades de tesouraria.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

## 12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

## 13. IMPARIDADE DE ATIVOS

### 13.1 - Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer estas sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2023 e 2024 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

## 14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

## 15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

## 16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO Não aplicável)

## 17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)

## 18. AGRICULTURA (Não aplicável)

## 19. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

## 20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)

### 21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

## 22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

### 23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às

amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2024, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma participação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a participar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. A participação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura. Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 11.857.612,16€, dos quais 1.143.159,62€, são rendimentos do exercício de 2024.

Em 2019 foi registado um novo subsídio ao investimento, no montante de 806.424,83€, relativo a uma candidatura apresentada ao programa PO2020, relativamente à qual ainda não foram registados quaisquer rendimentos, uma vez que o investimento apesar de já estar concluído, estima-se que em 2025 venha a ocorrer a cedência de posição contratual para o Município de Angra do Heroísmo.

Em 2022 a empresa reconheceu um novo subsídio, cuja candidatura foi apresentada ainda no âmbito do PO2020, destinado a participar o projeto de mineração em curso, no montante de 1.274.738,81€, cuja taxa de participação é de 85%, podendo vir a atingir os 100% se a empresa atingir de terminadas metas estabelecidas no programam em causa. Relativamente a este subsídio, já foram reconhecidos rendimentos no montante de 184.980,03€, dos quias 96.098,91€ em 2024.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global, cujo valor da regularização relativa a esta rubrica ascende em 2024 a 181.911,61€, sendo o saldo a regularizar em períodos no montante global de 3.706.684,67€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 14,7% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2024). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 2024 encontram-se ainda registado como rendimento do exercício, o montante de 3.256,02€, relativos a subsídios atribuídos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

#### 24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)

## 25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## 26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Em 2022 foi reconhecido um ativo por imposto diferido no valor total de 48.311,38€, dos quais 151,60€, relativos à variação ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho, nos termos previstos na FAQ nº 28 da Comissão de Normalização Contabilística e, o montante remanescente, relativos ao resultado fiscal negativo, cujo reporte em anos futuros, deixa a partir de 2024, de estar condicionado a um horizonte temporal.

Em 2024, foi utilizado um reporte de prejuízos fiscais no montante de 146.290,25€, verificando-se uma “poupança fiscal” na ordem dos 21.504,67€. Foi igualmente corrigido o montante de poupança fiscal relativo a 2023 no valor de 17.961,72€ e calculado um reajuste no valor inicial de 22,30€, pelo que em 2024 o saldo do ativo por imposto diferido encontra-se totalmente regularizado.

Em 2021, à semelhança de 2020, a empresa voltou a beneficiar do “CFEI II - Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II”, criado pela Lei nº 27A/2021 de 24 de julho, obtendo um benefício fiscal de 15.561,77€, correspondente a 20% do valor total de despesas elegíveis, as quais ascenderam a 77.808,86€. Em 2021, a empresa deduziu à coleta 1.503,40€, transitando para exercícios futuros o valor de 14.058,37€. Em 2024, face ao resultado fiscal apresentado, foi possível deduzir o montante de dotação final de 4.019,84€ deste benefício fiscal.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, consequentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14,7% para o montante global de matéria coletável. Porém, em exercícios futuros, a este nível, poderá vir a ser adotado o conceito de “Small Mid Cap” previsto no Decreto-Lei nº81/2017 de 30 de setembro, pelo que se a empresa cumprir os requisitos deste conceito, verá os resultados serem tributados até uma coleta de 50.000,00€ a uma taxa de 11,9% e o montante que exceda aquele limite, será tributado à taxa de 14,7%.

Porém, o imposto estimado foi calculado partindo do princípio de que a empresa reunindo os presuntos previstos no conceito de “Small Mid Cap”, não pode fazer uso do mesmo, fazendo parte do setor público empresarial. A empresa já solicitou um parecer à Autoridade Tributária, no decorrer de 2024, para confirmação deste enquadramento, porém até à data de encerramento do exercício, não obteve resposta, pelo que o imposto foi estimado à semelhanças dos anos anteriores. A empresa deverá preparar em 2025, um pedido de informação vinculativa à Autoridade Tributária.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 26 dos “Quadros - ANEXO” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

## 27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
  - Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos);
  - Outros passivos financeiros
  - Contratos para contrair empréstimos.
- B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 31 de dezembro de 2024, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 16.832,82€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das

unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

Este fundo foi reconvertido em abril de 2024, tendo a sua gestão sido transferida para a alçada da Segurança Social. A empresa poderá continuar a solicitar o respetivo resgate sempre que se verificarem demissões de trabalhadores inscritos no fundo ou, em alternativa, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 115/2024 de 15 de dezembro. A empresa deverá durante o ano de 2025 solicitar o respetivo reembolso, nos termos previsto na legislação aplicável.

O Quadro 28 dos “Quadros - ANEXO” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2024.

## 29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

### a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

### b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

### c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

### d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2024 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal. Os saldos que se apresentam em dívida no final do exercício, serão regularizados no início de 2025.

O Quadro 29 dos “Quadros - ANEXO” reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

### 30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

### 31. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 1.369.538,00€ no final de 2024. O Quadro 31.1 dos “Quadros - ANEXO” apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

#### 31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascendiam em 31 de dezembro de 2024 ao valor global de 1.240.773,60€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros - ANEXO”.

#### 31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 44.970,31€ no final do terceiro quarto de 2024. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros - ANEXO”.

### 32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO Nº1 DO ARTIGO 2º E O Nº 4 DO ARTIGO 9º, AMBAS DO DECRETO-LEI Nº 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas “SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda”, com sede em Rua da Alegria, nº 785, E14, Porto, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido faturados honorários relativos aos serviços prestados, no montante global de 4.524€ e colocados à disposição o montante de 3.393€.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 20 de março de 2024.

Quadros - ANEXO

31. Dezembro. 2024

(Montantes expressos em euros)

1913

Quadro 4 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes

	2023	2024
Caixa	1 183,97	1 094,62
Depósitos à Ordem	327 840,53	724 951,93
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	<u>329 024,50</u>	<u>726 046,55</u>

Quadro 6 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante

Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1 170 000,00	60,00%	60,00%	2010
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780 000,00	40,00%	40,00%	2010

Transações entre Partes Relacionadas

Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	1 230 593,21			12 314,49		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	21 689,51			0,00		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	347 017,39			81 837,93		

Saldos Pendentes a 31.12.2024

Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	218 475,77	556,92
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	6 452,09	0,00
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	59 620,21	5 368,98

Quadro 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2023	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2024
Goodwill	0,00				0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00				0,00
Programas de computador	0,00				0,00
Propriedade industrial	0,00				0,00
Direitos de superfície	0,00				0,00
Outros ativos intangíveis	343 280,28				343 280,28
	<b>343 280,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>343 280,28</b>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro. 2023	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2024
Goodwill	0,00				0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00				0,00
Programas de computador	0,00				0,00
Propriedade industrial	0,00				0,00
Direitos de superfície	0,00				0,00
Outros ativos intangíveis	118 122,68	11 431,20			129 553,88
	<b>118 122,68</b>	<b>11 431,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>129 553,88</b>

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2023	Saldo em 31. Dezembro. 2024
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	225 157,60	213 726,40
	<b>225 157,60</b>	<b>213 726,40</b>

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2023	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2024
Terrenos e recursos naturais	999 125,11	0,00			999 125,11
Edifícios e outras construções	37 887 414,21	23 869,00			37 911 283,21
Equipamento básico	2 246 072,45	14 165,00	4 098,75		2 256 138,70
Equipamento de transporte	326 194,12	24 521,18			350 715,30
Equipamento administrativo	22 682,87	4 271,49			26 954,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00			0,00
Outros activos fixos tangíveis	115 362,98	14 194,59		79 520,94	209 078,51
Activos fixos tangíveis em curso	4 249,50	97 205,94		83 770,44	17 685,00
	<b>41 601 101,24</b>	<b>178 227,20</b>	<b>4 098,75</b>	<b>163 291,38</b>	<b>41 770 980,19</b>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2023	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2024
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	9 802 137,73	1 262 226,36			11 064 364,09
Equipamento básico	1 225 287,65	95 992,17	4 098,75		1 317 181,07
Equipamento de transporte	176 625,57	30 573,88			207 199,45
Equipamento administrativo	16 025,32	2 103,30			18 128,62
Equipamentos biológicos	0,00	0,00			0,00
Outros activos fixos tangíveis	58 209,74	14 918,23			73 127,97
	<b>11 278 286,01</b>	<b>1 405 813,94</b>	<b>4 098,75</b>	<b>0,00</b>	<b>12 680 001,20</b>

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2023	Saldo em 2024
Terrenos e recursos naturais	999 125,11	999 125,11
Edifícios e outras construções	28 085 276,48	26 846 919,12
Equipamento básico	1 020 784,80	938 957,63
Equipamento de transporte	149 568,55	143 515,85
Equipamento administrativo	6 657,55	8 825,74
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	57 153,24	135 950,54
Activos fixos tangíveis em curso	4 249,50	17 685,00
	<b>30 322 815,23</b>	<b>29 090 978,99</b>

*Handwritten signature and date 19/13*

	Valor Contratual	2023							
		Corrente				Não Corrente			
		Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras Participantes de Capital: Suprimentos Outros Financiadores	2 850 000,00	251 862,37	220 391,62	2 050 403,26	2 204 738,19	220 391,62	401 112,36	2 204 738,19	1 953 318,96
	2 850 000,00	251 862,37	220 391,62	2 050 403,26	2 204 738,19	220 391,62	401 112,36	2 204 738,19	1 953 318,96
		2023				2024			
Custos dos empréstimos obtidos	100 637,84					136 002,35			

Quadro 13 IMPARIDADE DE ATIVOS

Imparidades - Dívidas de Clientes

	2023		2024		2023				2024			
	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final	Utilização	Reversão	Reforço	Saldo Final	Utilização	Reversão	Reforço	Saldo Final
<b>Clientes de Cobrança Duvidosa:</b>												
Reclamados judicialmente	1 429,96		82,44	1 429,96	100%	1 347,52	82,44	1 429,96	1 429,96			1 429,96
<b>Em mora:</b>	3 499,45		3 499,45	3 499,45		1 462,95	0,00	2 437,11	3 900,06	0,00	72,01	3 972,07
Há mais de 6 meses e até 12 meses	57,72		0,00	57,72	25%	0,00		14,42	14,42		-14,43	-0,01
Há mais de 13 meses e até 18 meses	40,21		0,00	40,21	50%	0,00		20,11	20,11		-20,11	0,00
Há mais de 19 meses e até 24 meses	92,21		57,72	150,93	75%	0,00		69,16	69,16		-25,87	43,29
Há mais de 25 meses	3 309,31		3 441,73	3 309,31	100%	1 462,95	2 333,42	3 796,37	3 796,37		132,42	3 928,79
<b>Totais</b>	4 929,41		3 581,89	4 929,41		2 810,47	0,00	2 519,55	5 330,02	0,00	72,01	5 402,03

*Handwritten signature*

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção

	2023		2024	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	1 201 086,51	0,00	1 342 269,78
Compras	0,00	885 060,19	0,00	839 467,90
Reclassificações/Regularizações	0,00	-138 325,95	0,00	-76 533,12
Inventário Final	0,00	1 342 269,78	0,00	1 490 116,33
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	605 550,97	0,00	615 088,23

Quadro 21 RÉDITO

	2023	2024
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	1 416 001,71	1 441 235,01
Prestação de serviços	2 198 456,63	2 580 923,17
Subsídios à Exploração	333,55	3 256,02
Subsídios ao Investimento	1 311 643,12	1 239 258,61
Juros	57,72	1 514,55
<b>Totais</b>	4 926 492,73	5 266 187,36

Quadro 23 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	2023					2024				
	Subsídios Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
<b>Subsídios relacionados com ativos:</b>										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34 078 882,17	7 935 228,56	1 121 945,01	9 057 173,57	25 021 708,60	34 078 882,17	9 057 173,57	1 141 287,04	10 198 460,61	23 880 421,56
Equipamento básico	2 031 000,43	1 172 263,74	141 081,76	1 313 345,50	717 654,93	2 031 000,43	1 313 345,50	57 909,97	1 371 255,47	659 744,96
Equipamento de transporte	264 481,50	110 568,31	39 716,68	150 284,99	114 196,51	264 481,50	150 284,99	38 296,30	188 581,29	75 900,21
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	282 529,74	273 629,87	8 899,67	282 529,74	0,00	284 295,04	282 529,74	1 765,30	284 295,04	0,00
<b>Totais</b>	36 656 893,84	9 491 690,48	1 311 643,12	10 803 333,80	25 853 560,04	36 658 659,14	10 803 333,80	1 239 258,61	12 042 592,41	24 616 066,73

	2023			2024		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsídios	4 079 066,18	190 469,90	3 888 596,28	3 888 596,28	181 911,61	3 706 684,67

	2023	2024
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos	26 659 984,87	25 422 491,56
Valor líquido subsídios relacionados com ativos	22 771 388,59	21 715 806,89
Valor subsídios à exploração	333,55	3 256,02

Quadro 26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	2023	2024
Resultado contábilístico do período (antes de impostos)	265 865,27	582 414,88
Resultados fiscal do período	278 731,90	582 659,52
Reporte de rejuízos fiscais	-181 175,74	-146 290,25
Matéria coletável do período	97 556,16	436 369,27
Imposto corrente	14 340,76	64 146,28
Tributações autónomas	1 102,28	1 078,11
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	10 038,53	4 019,84
Taxa efetiva de imposto	14,70%	14,70%

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos					Passivos				
	2023		2024			2023			2024	
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final
Excedentes de revalorização										
Prejuízos Fiscais	48 159,78	8 671,11	39 488,67	39 488,69	-0,02					
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)			151,60		151,60	259,76	135,15	394,91		394,91
	48 159,78	8 671,11	39 640,27	39 488,69	151,58	259,76	135,15	394,91	0,00	394,91

Imposto sobre o Rendimento

	2023	2024
Imposto Corrente	5 404,51	61 204,55
Imposto Diferido	8 806,26	39 488,69
	14 210,77	100 693,24

Estado e Outros Entes Públicos

	2023	2024
<b>Ativo:</b>		
IRC - A Recuperar	0,00	0,00
IRC - PEC's a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	43 083,44	28 646,98
IVA - Reembolsos Pedidos	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	43 083,44	28 646,98
<b>Passivo:</b>		
IRC - A Pagar	5 404,51	47 578,55
IRS - Reteções na fonte a pagar	6 713,19	3 406,75
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	24 950,62	19 483,48
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
FCT/Sindicatos/Penhoras	227,92	143,24
Outras entidades	0,00	0,00
	37 296,24	70 612,02

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Outros Investimentos Financeiros

	Saldo em 2023	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 2024
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	16 832,82				16 832,82
	16 832,82	0,00	0,00	0,00	16 832,82

Ativos Financeiros - Clientes

	2023 Valor Nominal	2024 Valor nominal
<b>Clientes:</b>		
Clientes Correntes	684 457,30	849 172,16
Clientes de Cobrança Duvidosa	3 581,89	3 581,89
Perdas por Imparidade Acumuladas	-3 495,44	-3 567,45

	2023	2024
Valor Líquido de Clientes	684 543,75	849 186,60

#### Outros Ativos Financeiros

	2023	2024
<b>Outras contas a Receber:</b>	<b>121 437,65</b>	<b>3 755,98</b>
Fornecedores (saldos contrários)	2 890,14	3 507,72
Adiant. e outras operações com o pessoal	307,14	156,09
Devedores por acréscimos de rendimentos:	0,00	0,00
Faturação a emitir	0,00	0,00
Juros a receber	0,00	0,00
Outros devedores	118 240,37	92,17
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
Outros ativos financeiros correntes	0,00	0,00
	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>Diferimentos de gastos:</b>		
Seguros	20 439,35	21 289,07
	<b>20 439,35</b>	<b>21 289,07</b>

#### Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	2023	2024
<b>Não correntes:</b>		
Empréstimos Bancários	2 204 738,19	1 953 318,96
	<b>2 204 738,19</b>	<b>1 953 318,96</b>
<b>Correntes:</b>		
Empréstimos Bancários	220 391,62	401 112,36
	<b>220 391,62</b>	<b>401 112,36</b>

#### Outros Passivos Financeiros

	2023	2024
<b>Fornecedores:</b>	<b>456 762,86</b>	<b>606 182,85</b>
Fornecedores C/C	456 762,86	606 182,85
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00
<b>Outras Dívidas a Pagar:</b>	<b>4 096 654,46</b>	<b>3 853 964,15</b>
Clientes (saldos contrários)	0,00	0,00
Pessoal	4 187,09	0,00
Fornecedores de Investimentos	49 031,68	3 239,49
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos:	154 839,41	143 918,64
Remunerações a pagar ao pessoal	117 896,03	125 736,34
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros acréscimo de gastos	36 943,38	18 182,30
Outros Credores	3 888 596,28	3 706 806,02

#### Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

##### Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2023		2024	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
<b>Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:</b>	<b>44</b>	<b>87 296</b>	<b>44</b>	<b>88 000</b>
Pessoas REMUNERADAS	44	87 296	44	88 000
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:</b>	<b>44</b>	<b>87 296</b>	<b>44</b>	<b>88 000</b>
Pessoas a TEMPO COMPLETO	44	87 296	44	88 000
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	44	87 295	44	88 000
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:</b>	<b>44</b>	<b>87 296</b>	<b>44</b>	<b>88 000</b>
Homens	38	71 424	36	72 000
Mulheres	6	15 872	8	16 000

## Gastos com Pessoal

	2023	2024
Remunerações dos órgãos sociais	48 729,10	49 597,73
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	752 286,03	831 792,60
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões		
Outros Benefícios		
Indemnizações	499,36	
Encargos sobre remunerações	193 144,30	196 703,59
Contribuições para a Segurança Social	176 330,36	196 703,59
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	79,05	0,00
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	16 734,89	0,00
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	18 685,35	20 346,96
Gastos de ação social		
Outros Gastos com Pessoal	2 988,18	2 416,00
Formação	2 988,18	2 416,00
<b>Total Gastos com Pessoal</b>	<b>1 016 332,32</b>	<b>1 100 856,88</b>

## Quadro 31 OUTRAS INFORMAÇÕES

## 31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2023	2024
Subcontratos	121 574,94	124 632,99
Serviços Especializados	1 138 670,82	1 102 679,16
Trabalhos especializados	555 455,23	673 820,53
Publicidade	744,25	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	8 424,00	6 630,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	565 574,40	414 662,71
Serviços Bancários	7 414,08	7 565,92
Outros Serviços Especializados	1 058,86	0,00
Materiais	39 075,75	21 248,97
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 457,81	19 369,83
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	1 492,22	1 879,14
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	31 125,72	0,00
Energia e Fluidos	58 550,11	51 304,00
Electricidade	3 323,03	1 776,20
Combustíveis	51 165,67	46 196,40
Água	2 880,89	2 536,29
Outros	1 180,52	795,11
Deslocações e estadas	744,75	25 465,52
Deslocações e estadas	744,75	4 944,18
Transporte de mercadorias	0,00	20 521,34
Serviços diversos	70 061,29	44 207,36
Rendas e alugueiros	1 975,47	4 691,47
Comunicações	5 430,69	5 293,90
Seguros	15 435,16	16 126,98
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	103,91	2 456,40
Despesas de representação	8 361,37	12 778,49
Limpeza, higiene e conforto	4 453,06	2 821,32
Outros serviços diversos	34 301,63	38,80
<b>Total FSE</b>	<b>1 428 677,66</b>	<b>1 369 538,00</b>

## 31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

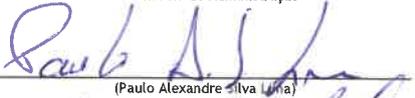
	2023	2024
Outros	1 311 644,81	1 239 259,05
Juros Obtidos	57,72	1 514,55
<b>Total Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>1 311 702,72</b>	<b>1 240 773,60</b>

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	2023	2024
Impostos	36 046,55	37 265,31
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	4,13	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	17,50	0,00
Outros	6 912,22	7 705,00
<b>Total Outros Gastos e Perdas</b>	<b>42 980,40</b>	<b>44 970,31</b>

  
 Contabilista Certificada  
 nº 37799  
 \_\_\_\_\_  
 (Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

  
 \_\_\_\_\_  
 (Paulo Alexandre Silva Lima)

  
 \_\_\_\_\_  
 (Ricky Joe Barreira)

  
 \_\_\_\_\_  
 (Sónia Alexandra Valadão da Silva)

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2024

(Montantes expressos em euros)

	2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	4 074 317,50	3 863 495,61
Pagamentos a fornecedores	-2 487 556,41	-4 361 413,16
Pagamentos ao pessoal	-732 930,49	-643 085,15
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>853 830,60</b>	<b>-1 141 002,70</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-340 689,61	-314 810,29
Outros recebimentos / pagamentos	-31 876,81	189 827,87
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>481 264,18</b>	<b>-1 265 985,12</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-20 915,24	-176 579,78
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	-1 153,09
Outros ativos	0,00	0,00
	<b>-20 915,24</b>	<b>-177 732,87</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	96 602,30	1 076 247,30
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	23 388,37	282,51
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	75 951,84
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
	<b>119 990,67</b>	<b>1 152 481,65</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>99 075,43</b>	<b>974 748,78</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	150 000,00	1 045 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	207 718,99
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	<b>150 000,00</b>	<b>1 252 718,99</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-222 800,38	-928 714,43
Juros e gastos similares	-110 517,18	-77 623,81
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	<b>-333 317,56</b>	<b>-1 006 338,24</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-183 317,56</b>	<b>246 380,75</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>397 022,05</b>	<b>-44 855,59</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>329 024,50</b>	<b>373 880,09</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>726 046,55</b>	<b>329 024,50</b>

Contabilista Certificada  
11779

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Ricky Baptista)

(Mónia Alexandra Valadão da Silva)





## Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2024	2023	%
Vendas e serviços prestados	4 022 158,18	3 614 458,34	11,28
Subsídios à exploração	3 256,02	333,55	876,17
Outros Rendimentos e Ganhos	1 240 773,60	1 311 702,72	-5,41
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

## Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	2024	2023	%
CMVMC	615 088,23	605 550,97	1,57
Fornecimentos e Serviços Externos	1 369 538,00	1 428 677,66	-4,14
Gastos com Pessoal	1 100 856,88	1 016 332,32	8,32
Outros Gastos e Perdas	44 970,31	42 980,40	4,63
Gastos Depreciações/Amortizações	1 417 245,14	1 464 849,98	-3,25
Juros e gastos similares suportados	136 002,35	100 637,84	35,14

## Estrutura de Resultados

Rubricas	2024	2023	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 135 662,37	1 831 353,09	16,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	718 417,23	366 503,11	96,02
Resultado antes de impostos	582 414,88	265 865,27	119,06
Impostos sobre o rendimento do período	100 693,24	14 210,77	608,57
Resultado líquido do período	481 721,64	251 654,50	91,42

## Margem de Comercialização

Rubricas	2024	2023	%
Vendas e serviços prestados	4 022 158,18	3 614 458,34	11,28
CMVMC + FSE's	1 984 626,23	2 034 228,63	-2,44
Margem em Valor	2 037 531,95	1 580 229,71	28,94
Margem em %	50,66	43,72	15,87

## Ponto crítico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	2024	2023	%
Vendas e serviços prestados	4 022 158,18	3 614 458,34	11,28
Gastos Fixos(Pessoal + Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	2 563 072,33	2 524 162,70	1,54
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	5 059 592,97	5 773 515,63	-12,37
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Critico)	-1 037 434,79	-2 159 057,29	51,95
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	63,72	69,84	-8,75
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-25,79	-59,73	56,82

## Comportamento da Tesouraria

Rubricas	2024	2023	%
Capitais Permanentes (1)	31 034 784,28	32 040 823,98	-3,14
Activo não corrente (2)	29 321 689,79	30 604 445,92	-4,19
Fundo de Maneio (3=1-2)	1 713 094,49	1 436 378,06	19,26
Necessidades de Exploração (4)	2 367 949,91	2 069 896,97	14,40
Recursos de Exploração (5)	676 794,87	494 059,10	36,99
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	1 691 155,04	1 575 837,87	7,32
Necessidades Extra-Exploração (7)	25 045,05	141 877,00	-82,35
Recursos Extra-Exploração (8)	729 152,15	610 361,31	19,46
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-704 107,10	-468 484,31	-50,29
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	987 047,94	1 107 353,56	-10,86
Tesouraria Global (11=3-10)	726 046,55	329 024,50	120,67

## Indicadores

Rubricas	2024	2023	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	2,22	2,30	-3,57
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,16	1,09	6,76
Liquidez Imediata Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,52	0,30	73,34
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,71	3,72	-0,34
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo líquido x 100	78,77	78,83	-0,07
Prazo Médio Recebimentos (Cliente/Vol. Negócios)x360 dias	76	68	11,48
Prazo Médio Pagamentos (Fornecedores/Compras)x360 dias	260	186	39,92
PMP(RCM n°34/2008 de 22/2) ((Fornecedores/4)/(Compras+FSEs))x365 dias	25	18	39,00
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Líquido/Capital Próprio x 100	1,89	0,96	-95,72

**Anexo II - Parecer Revisor Oficial de Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 32 440 731,30 euros e um total de capital próprio de 25 555 146,05 euros, incluindo um resultado líquido de 481 721,64 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da

auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2025



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por João Manuel Trigo de Morais  
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da  
TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM. (a Entidade), relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade.

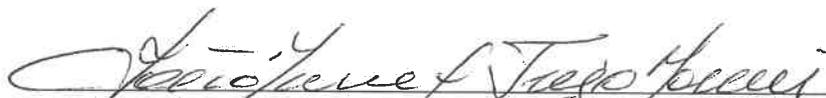
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do período findo em 2024 preparado pelo Conselho de Administração da Entidade e da proposta nele incluído. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 27 de março de 2025



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por João Manuel Trigo de MORAIS  
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

BB  
A  
/

**Anexo III - Ata Assembleia Geral**

**ATA n.º 85**

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte quatro, pelas dez horas, reuniu na sede da sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros). --

Estiveram presentes em representação dos sócios: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros) e José Gabriel Álamo de Meneses na qualidade de secretário da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros -----

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1) Relatório de gestão e contas do exercício de 2024** -----

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea b) do artigo 12º dos estatutos da Teramb, EM, e após apreciação e discussão do 1)Relatório de gestão e contas do exercício de 2024, submetido pelo Conselho de Administração, deliberou-se por unanimidade aprovar os documentos com parecer favorável e submeter às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são: -----

- Total do Ativo: 32 440 731,30 € -----
- Total do Passivo: 6 885 585,25 € -----
- Capitais Próprios: 25 555 146,05 € -----
- Resultado antes de impostos: 582 414,88 € -----
- Resultado líquido do exercício, no montante global de 481 721,64 € -----

**2) Proposta de aplicação de resultados do exercício e distribuição de dividendos:** -----

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), assim como do Artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, e ainda dos Artigos 21º e 24º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações, os resultados líquidos anuais devidamente aprovados terão a seguinte aplicação: -----

- i. Uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte do

capital social. No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal. Conforme consta dos Estatutos da Empresa a reserva não pode ser inferior a 5% do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária para a cobertura de prejuízos transitados. -----

ii. Uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral, conforme consta da proposta de alteração dos estatutos; -----

iii. O restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a Sociedade. Neste caso e conforme consta da alínea b) do Artigo 25º dos Estatutos da Empresa para reserva para investimentos; -

Deste modo, e nos termos do artigo 295º, nº1 do CSC, um mínimo de 5% é destinado à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração até que a mesma represente 20% do capital social. Sendo o capital social da Empresa de 1.950.000,00€, 20% corresponde a 390.000,00€, sendo que à data de 31 de dezembro de 2024, a reserva legal é de 77 241,55 €, inferior ao valor mínimo global exigido pelo CSC. -----

Nos Estatutos, e na proposta, não existe qualquer cláusula que disponha em contrário ao preceituado na referida disposição legal. -----

Por lucro distribuível entende-se o resultado líquido do exercício após constituição ou reforço de reserva legal e cobertura de resultados transitados negativos, quando aplicável. Com referência a 31 de dezembro de 2024, verifica-se que a reserva legal ainda não se encontra integralmente constituída e os resultados transitados são positivos. -----

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apurou-se um resultado líquido do exercício, no montante global de 481 721,64 €. -----

Nestes termos e ao abrigo do artigo 25.º dos estatutos da empresa, deliberou-se por unanimidade, aprovar a proposta do Conselho de Administração, para a seguinte aplicação de resultados: -----

Reservas legais: 24.086,08 € -----

Reservas de investimento: 457.635,56 € -----

### 3) Outros Relatórios do exercício de 2024: -----

**Relatório de viabilidade económica 2024** - Procedeu-se à análise da proposta de relatório submetido pelo Conselho de Administração, elaborado em cumprimento do estipulado no número 6º artigo 32º Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que procede à análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos que levaram à criação da empresa e a efetiva situação económico-financeira da empresa local a 31 de dezembro de 2024. O relatório foi aprovado por unanimidade devendo este ser remetido à Inspeção-Geral de Finanças -----

**Plano estratégico** – Manter as diretrizes do plano estratégico em vigor e aprovado para o período de 2014-2023, até à revisão deste -----

**Relatório do Governo Societário 2024** – Tomou conhecimento -----

Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Tomou conhecimento-----

1) **SAMSIC – Reposição equilíbrio financeiro contrato n.º 8/2023**-----

Nos termos do exarado na Portaria n.º 46/2025/1, do pedido instruído pela SAMISIC PORTUGAL – Facility Services, SA, para reposição do equilíbrio financeiro do contrato referente à limpeza das instalações da TERAMB, E.M., ao abrigo do procedimento n.º: 2023/DVMAL02 e da deliberação do Conselho de Administração, datada de 27 de março de 2025, a aprovar a proposta de aumento do preço contratual mensal de 1773,98 € para 1861,16€, que corresponde a uma taxa de atualização de 6,26 %. A presente atualização é aplicada retroativamente a 1 de janeiro de 2025, resultando assim num novo preço contratual de total de 90.902,46 € (noventa mil novecentos e dois euros e quarenta e seis cêntimos), delibera-se por unanimidade autorizar a reposição do equilíbrio financeiro do contrato em 87,18 € mensal, que representa um acréscimo contratual para o total do contrato de 1307,7 €-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes.-----

O Presidente-----

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira.



O Secretário-----

José Gabriel Álamo de Meneses



## Relatório Execução Contrato Programa



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA

Ano 2024

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
<i>Valorização energética de resíduos</i>	I.I) Disponibilidade da instalação superior a 90%	II.I) Disponibilidade = (horas possíveis - horas paragens programadas) / horas possíveis	Horas possíveis=8784 h Horas paragem programadas= 1280,5 h Horas de funcionamento = 7442 h Disponibilidade =85%	A primeira paragem programada de 2024 demorou mais tempo do que o previsto devido às condições atmosféricas que condicionaram os trabalhos em altura e os de soldaduras
<i>Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis</i>	I.I) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica	II.I) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 2.330 ton  Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton % depositada em aterro=0% % valorizada=100%	Cumpre
<i>Tratamento e valorização de subprodutos animais</i>	II) Preparar para a valorização orgânica 2100 ton de resíduos biodegradáveis provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins  Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais	II.II) Toneladas de resíduos triturados, medidos através do registo informático da báscula.  Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 2.330 ton  Quantidade encaminhada para Valorização orgânica= 2.330 ton  Quantidade SPOAS entregues= 6.005 ton Quantidade valorizada= 6.005 ton % valorizada = 100%	Cumpre
<i>Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços</i>	Tratar, valorizar energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT	Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.	Total de resíduos entregues= 40.851,52 ton Total de resíduos valorizados na CVE= 40.178 ton Resíduos recuperados na mineração= 0 ton Deposição em aterro= 130,62 ton	Não foi efetuada mineração por haver necessidade de valorizar stock de resíduos acumulado dos anos anteriores.